

A banalização da violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no Brasil

Marlise Míriam de Matos Almeida

Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas- SBI/IUPERJ,
Mestrado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ,
Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

**Entrevista concedida a Revista *Ágora* por Maria Aparecida Moura e Douglas de
Oliveira Tomaz**

Marlise Matos, pesquisadora e professora adjunta de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - NEPEM e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero - CIFG (UFMG), recebeu a Revista *Ágora* para uma conversa sobre a banalização da violência contra as mulheres e contra os sujeitos de sexualidades dissidentes.

A professora atua e desenvolve estudos nas áreas das relações de gênero, de avaliação de políticas públicas, de representação e participação políticas, movimentos sociais, minorias e comportamento político de mulheres. Tem experiência também nas áreas de sociologia e política das relações de gênero, desigualdades sociais, planejamento, avaliação e monitoramento de políticas públicas, direitos humanos e cidadania. Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Autonomia Econômica e Participação das Mulheres”, que focaliza o debate sobre a autonomia econômica das mulheres no trabalho e sua participação no mundo público como protagonistas na elaboração e avaliação de políticas públicas que possibilitem a igualdade de gênero.

Revista *Ágora*: Recentemente, a expressão “cultura do estupro” ganhou o debate público a partir de fatos como o do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro há algumas semanas. Essa expressão surpreendeu a muitos, já que nem todos a conheciam – embora

o que ela revele as pessoas conheçam. Gostaríamos, portanto, de discutir a temática da violência contra a mulher e, a partir disso, discutir o que seria a cultura do estupro.

Prof. Marlise Matos: A expressão “cultura do estupro” informa sobre a banalização social do fenômeno da violência contra as mulheres, especificamente a violência sexual – que, vale ressaltar, atinge todas as classes sociais. O estupro é uma maneira de exercer o domínio sobre a mulher da forma mais violenta possível, ou seja, a partir do controle do seu corpo. O ato da penetração no estupro é um ato de domínio masculino sobre o corpo feminino. A sociedade estabeleceu padrões de interação de gênero em que o corpo da mulher é permanentemente objetificado e posto a serviço do desejo do homem. E essa objetificação é banalizada. Cabe destacar que, ao se transformar a mulher em objeto, retira-se dela, num primeiro momento, a capacidade de agência sobre o processo de violência, a capacidade de mudar essa situação. Outro fator, aliado a essa naturalização da violência, é a ideia de que as vítimas são sempre culpadas. É muito comum responsabilizarem a vítima pelo estupro com perguntas como: “Onde você estava?”, “Em qual horário você estava andando?”, “Que roupa usava?”. Todas essas justificativas são descabidas. O exercício da dominação só tem justificativa na sanha do dominador. O responsável pela violência é quem perpetra a violência. Tudo isso quer dizer que as mulheres são um público de risco, porque além de terem seu corpo objetificado, e essa objetificação ser banalizada, elas ainda são culpabilizadas pela violência que sofrem. Uma sociedade que coloca mais de 52% de sua população potencialmente nesse lugar é uma sociedade doente que precisa ser transformada.

Revista Ágora: Ainda evocando como exemplo o recente caso do estupro coletivo no Rio, como o movimento feminista tem se articulado e discutido questões como essa?

Prof. Marlise Matos: Paradoxalmente a um momento de profundo retorno conservador no Brasil, vivemos a insurgência de um ativismo feminista novo. E isso se deve ao fato de que o feminismo ganhou duas formas de articulação com uma potência mobilizadora muito forte. A primeira é a juventude. Cada vez mais cedo as próprias meninas têm repudiado a cultura do estupro. Como exemplo, podemos citar a Marcha das Vadias que, hoje no Brasil, já acontece em várias cidades e se articula justamente a partir da pauta de reivindicação do corpo das mulheres. A segunda forma de articulação são as redes

sociais, que possibilitam a mobilização de campanhas importantes como a *#Nãomereçoserestuprada*, a *Vigília Feminista*, que virou uma página, assim como a *33 dias sem machismo*. Então, o que há é a conciliação da força de uma juventude que cada vez mais se percebe em situação de risco e de vulnerabilidade, com o poder de amplificação e multiplicação das redes sociais. O resultado disso é que, pela primeira vez no Brasil, a gente consegue discutir questões, como a cultura do estupro, de maneira ampliada, nos 27 estados, em todas as cidades, nas escolas. Cabe lembrar que o tema da redação do ENEM 2015 foi justamente a violência contra a mulher e iniciativas como essa são sempre muito bem-vindas, pois elas revelam que a sociedade e as jovens mulheres não aceitam mais o lugar de vítimas potenciais. Claro que a resistência não é um caminho fácil, porque comparativamente são anos e anos de um processo socializador que diz “fique aí, seu lugar é o espaço privado”. Mas tudo isso hoje está sendo questionado. E ainda bem que está.

Revista Ágora: Em relação ao desmonte do ministério que tematizava a questão das mulheres, como isso está repercutindo no enfrentamento à violência de gênero?

Prof. Marlise Matos: Antes de responder a sua pergunta, cabe resgatar o recente processo de mudança institucional em relação às políticas públicas para as mulheres. Recentemente, publiquei um artigo em que analiso os últimos 26 anos de políticas de gênero e sexualidade, marcando dois períodos: de 1988 até 2002 e de 2002 até 2015. Nessa pesquisa, cheguei à conclusão de que, nesse segundo período, houve um aumento expressivo de políticas para as mulheres (projetos de leis, programas, planos nacionais, CPI’s, dentre outras), produzidas pelo Judiciário, pelo Executivo e pelo Legislativo. Isso significa uma tentativa de transformação do Estado brasileiro – historicamente conservador, patriarcal, heteronormativo e racista. Mas tudo isso sofreu um abalo com o golpe em 2016 e só posso dizer que é lamentável. O que aconteceu foi um golpe, porque houve uma ruptura antidemocrática com um projeto eleito por mais de 54 milhões de votos, no qual havia a sinalização clara da pauta dos direitos humanos como prioridade – apesar de que, sabemos, muitas dessas pautas não receberam mais a atenção devida na passagem para o governo Dilma. Embora saibamos disso, é absurdo observar que, em menos de dois meses de governo Temer, houve o desmoronamento de uma estrutura

recém-construída, portanto, ainda frágil. Estamos falando de um Estado com mais de 500 anos de organização autoritária, onde só agora, nos últimos 15 anos, essas engrenagens começaram a ser desmontadas para que se pudesse, enfim, fazê-las funcionar a serviço da inclusão democrática. Nesse processo de golpe, não só as mulheres perdem, mas todos os brasileiros. O que cabe ressaltar, por fim, é que esse processo não está acontecendo sem resistência. A luta, inclusive, vem sendo protagonizada pelas mulheres.

Revista Ágora: Como os núcleos voltados para os estudos de gênero e sexualidade, como o NEPEM, têm se posicionado nesse contexto?

Prof. Marlise Matos: Nós identificamos duas pautas de retrocesso do neoconservadorismo brasileiro. A primeira é a aprovação do Estatuto da Família, que pretende limitar o conceito de família ao padrão patriarcal – o que está totalmente descolado da realidade do Brasil e do mundo. Esse projeto representa um retrocesso, inclusive, em relação à própria legislação brasileira, uma vez que já está pacificado no STF a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, a união estável e o casamento civil de homoafetivos. Outra pauta de retrocesso é a difusão da ideia de ideologia de gênero, através da disputa pela retirada do termo “gênero”, e de toda a discussão envolvida, dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação – ou seja, querem impedir que o tema seja debatido nas escolas. O fundamentalismo supostamente religioso, portanto, organiza-se nessas duas frentes para atacar, em suma, a voz pública das mulheres. Cabe lembrar que as mulheres hoje representam 60% daquelas pessoas que se formam nos bancos escolares, além de constituírem 48% da população empregada no Brasil – não obstante, claro, o peso e o ônus das múltiplas jornadas, já que a mulher partiu do espaço privado para a esfera pública, mas o homem não realizou o caminho inverso. Então, o neoconservadorismo brasileiro deseja justamente conter a ideia de que as mulheres podem ter atuação e protagonismo no mundo público. Tudo isso pode ser exemplificado pelo ataque sexista à figura política da presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a conquistar o cargo máximo desta nação. Silenciar a Dilma é outra tentativa de silenciar a voz pública das mulheres. O NEPEM, assim como vários outros núcleos, organizou-se contra isso, por exemplo, quando o Estatuto da Família foi votado. Naquele momento, nós conseguimos impedir que esse projeto de lei fosse aprovado, porque mais de 60

núcleos de universidades públicas e privadas realizaram simultaneamente eventos que promoviam o debate sobre qual modelo de família nós queremos. Essa capacidade de organização e mobilização em rede convoca a sociedade a debater projetos de lei dessa natureza – e essa é uma força que nós temos.

Revista Ágora: Como a Universidade tem se posicionado diante desse contexto?

Prof. Marlise Matos: A Universidade precisaria estar fazendo mais. Por ser um espaço de encontro de toda uma pluralidade de vozes, conhecimentos, saberes e sensibilidades, poderia estar mais ostensivamente na linha de frente do enfrentamento a todos esses desmandos. Claro, temos nos manifestado, temos tentado nos organizar, mas ainda de maneira muito mais lenta do que a gravidade do momento demanda, principalmente porque vamos sofrer ataques. Os exemplos da entrada de um grupo armado dentro da UnB e do trote racista na Faculdade de Direito da UFMG confirma que temos grupos organizadamente fascistas em espaços universitários. Isso representa um contrassenso, pois a Universidade tem que ser o espaço de manifestação de todas as vozes, mas daquelas voltadas para o respeito, para a tolerância e para a solidariedade recíproca, não as vozes da intolerância, das tentativas de causar dor, sofrimento e opressão a outras pessoas, porque estas não são democráticas. Mas eu sou otimista, acredito que, em relação à resistência, apesar de ser necessário fazer muito mais, a gente esteja no caminho.

Revista Ágora: Temos observado que há uma hierarquização da agenda de pesquisa na Universidade, como se fosse menos legítimo pesquisadores tratarem de temáticas como as questões racial, das mulheres, da população LGBT, dentre outras. Como vocês, enquanto parte dos grupos de estudo que desenvolvem trabalhos nessas áreas, enfrentam e tentam ampliar essa agenda?

Prof. Marlise Matos: Esse tema não é novo. Infelizmente, sabemos que a Universidade, e a própria ciência, possui suas formas de produzir hierarquias internas. Então, há uma disputa em torno de temas como as questões das mulheres, das sexualidades dissidentes, das cotas raciais, dos segmentos pobres, dentre outros. Isso se complexifica quando, tentando nos desqualificar, dizem que somos militantes e, por isso, não produzimos

ciência. Não reconheço essa crítica, porque entendo mesmo que quem trabalha nessas agendas produz um conhecimento militante, já que está a serviço da transformação do mundo e não apenas do conhecimento por si mesmo. Aquela forma de produzir ciência que ainda tem na neutralidade científica um valor está funcionando a serviço do *status quo*, ou seja, valorando as formas dominantes do pensar. Hoje, não é possível pensar o Brasil sem pensar o genocídio da juventude negra, a violência contra as mulheres, o extermínio LGBT – e isso é uma conquista nossa. Outra investida desqualificadora – dessa vez, mais grave, porque não desqualifica só os pesquisadores, mas o ensino superior no Brasil –, é dizer que “são trabalhos de extensão”, sem a menor importância. Considerar que o que é importante para a ciência são somente o ensino e a pesquisa é de uma ignorância tamanha, porque, enquanto universidade pública, nós temos o dever de dar à sociedade o retorno do que é produzido aqui. E é verdade que nós trabalhamos muito com projetos de extensão, porque temos o compromisso com a prática, com a transformação do mundo, e nós só vamos provocar algum tipo de mudança se sairmos dos muros da universidade.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. A banalização da violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no Brasil. *Revista Ágora: Políticas públicas, comunicação e governança informacional*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 126-131, jan./jun. 2016. Entrevista concedida a Maria Aparecida Moura e Douglas de Oliveira Tomaz.